

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE SALVADOR - SALSEC

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência (TR) tem por objeto a contratação de instituição financeira especializada para a prestação de serviços técnicos de estruturação de operação de securitização lastreada na cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador (Município), inscritos ou não em dívida ativa, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Municipal nº 9.822/2024 e do Decreto Municipal nº 40.846/2025.

1.1.1 Os serviços compreendem o assessoramento para a estruturação, registro, emissão, colocação e distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, lastreadas no direito autônomo ao recebimento dos créditos cedidos, com instituição de regime fiduciário e constituição de patrimônio separado, nos termos da Resolução CVM nº 60/2021 e da Resolução CVM nº 160/2022.

1.1.1.1 Será admitida, quando cabível, a atuação complementar de apoio jurídico especializado, nos termos deste TR, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pela coordenação, compatibilização e integração dos produtos jurídicos, regulatórios, financeiros, operacionais e documentais afetos ao seu escopo.

1.1.1.2 A operação de securitização observará a segregação patrimonial dos direitos creditórios e demais bens e direitos vinculados à emissão, de modo que os fluxos financeiros a eles associados integrarão patrimônio separado da SALSEC, não se confundindo com seu patrimônio geral nem com o do Município.

1.1.1.3. Para fins deste Termo de Referência, eventual qualificação das debêntures como debêntures com garantia real deverá ser compreendida exclusivamente como vinculação jurídico-patrimonial dos direitos creditórios cedidos, dos respectivos fluxos financeiros, contas vinculadas, reservas, aplicações financeiras, mecanismos de subordinação e demais bens e direitos integrantes do patrimônio separado da emissão, não constituindo garantia fidejussória, aval, fiança, coobrigação, recompra, obrigação de recomposição financeira, suporte de liquidez ou qualquer forma de responsabilidade patrimonial do Município de Salvador quanto à performance da carteira cedida ou ao pagamento das debêntures.

1.2. As debêntures serão emitidas pela Companhia de Securitização de Salvador - SALSEC, na qualidade de companhia securitizadora registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo a respectiva oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação da CVM e demais normas aplicáveis.

1.3. A cessão de direitos creditórios será realizada de forma onerosa, definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação e sem retenção de risco de crédito pelo Município na qualidade de cedente, não configurando garantia de adimplemento, recompra, obrigação de substituição para preservação de rentabilidade, suporte de liquidez, obrigação de recomposição financeira ou qualquer forma de responsabilidade patrimonial do Município quanto à performance da carteira cedida, em conformidade com a Lei Municipal nº 9.822/2024, o Decreto Municipal nº 40.846/2025, a Lei Complementar nº 208/2024 e demais especificações constantes deste TR.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Município de Salvador possui estoque relevante de dívida ativa e enfrenta desafios de recuperação, motivo pelo qual a Administração Pública vem avaliando alternativas estruturadas de aumento de eficiência arrecadatória e antecipação de recursos, inclusive com base em recomendações emanadas de órgão do controle externo. Estudos técnicos de natureza econômica, fiscal e operacional, realizados no âmbito da Secretaria da Fazenda Municipal – SEFAZ, alcançaram o entendimento de que a securitização constitui alternativa juridicamente admitida para ampliar liquidez, reduzir rigidez orçamentária e fortalecer a arrecadação, sem afastar as prerrogativas públicas de cobrança dos créditos tributários municipais.

2.2 A Lei Complementar nº 208/2024, que inseriu o art. 39-A à Lei nº 4.320/1964, autorizou a cessão onerosa do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários e não tributários, inclusive inscritos em dívida ativa, com natureza definitiva e sem coobrigação do cedente. No âmbito municipal, a referida matéria encontra-se disciplinada pela Lei Municipal nº 9.822/2024 e pelo Decreto Municipal nº 40.846/2025.

2.3 A Companhia Securitizadora de Salvador - SALSEC é sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, com constituição autorizada pela Lei Municipal nº 9.822/2024, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM como companhia securitizadora, e com objeto social voltado à estruturação e implementação de operações de mercado de capitais lastreadas em direitos creditórios, inclusive por meio de emissão e distribuição de valores mobiliários.

2.4 O Município de Salvador firmou com a SALSEC Instrumento de Promessa de Cessão Onerosa de Direitos Creditórios envolvendo a cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários e não tributários, nos termos do art. 39-A da Lei nº 4.320/1964 . A cessão definitiva será formalizada por instrumento específico, com discriminação dos créditos elegíveis, em conformidade com o Decreto Municipal nº 40.846/2025.

2.5 A referida cessão será realizada de forma onerosa, definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação do Município de Salvador, de modo a não gerar ao município cedente responsabilidade, compromisso ou obrigação de pagamento perante a cessionária, constituindo alienação onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento dos créditos cedidos, em conformidade com a Lei Municipal nº 9.822/2024, o Decreto Municipal nº 40.846/2025, a Lei Complementar nº 208/2024 e demais especificações constantes deste TR.

2.6 A cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários municipais, nos termos do art. 39-A da Lei nº 4.320/1964, não implicará, sob qualquer hipótese, retenção de risco de crédito pelo Município de Salvador na qualidade de cedente, não configurando garantia de adimplemento, recompra, obrigação de substituição para preservação de rentabilidade, suporte de liquidez, obrigação de recomposição financeira ou qualquer forma de responsabilidade patrimonial do cedente quanto à performance da carteira cedida, observado o disposto no art. 3º do Decreto Municipal nº 40.846/2025.

2.7. Observadas as condições previstas no art. 3º, §3º do Decreto Municipal nº 40.846/2025, o cedente responde pela existência do crédito ao tempo da cessão, não havendo coobrigação de garantia de adimplemento ou de recomposição financeira.

2.7.1 A eventual substituição de créditos nas hipóteses legalmente admitidas não configura mecanismo de suporte de crédito, garantia mínima de fluxo ou preservação de rentabilidade aos investidores.

2.8 A cessão manterá inalteradas a natureza jurídica dos créditos, suas garantias e privilégios, os critérios de atualização, encargos e honorários advocatícios, bem como manterá preservadas as competências da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e da Procuradoria Geral do Município de Salvador – PGMS no que tange à cobrança administrativa e judicial, conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 40.846/2025, cabendo à SALSEC, mediante autorização, controle e supervisão da PGMS, adotar medidas operacionais e tecnológicas de apoio à cobrança em âmbito extrajudicial, mantendo-se com o Município de Salvador a iniciativa, a decisão e a titularidade das prerrogativas de cobrança.

2.8.1 A cessão não implica transferência da titularidade do crédito tributário nem das prerrogativas de constituição, fiscalização, inscrição em dívida ativa ou cobrança judicial, que permanecem sob responsabilidade do Município.

2.9 A substituição de créditos somente será admitida nas hipóteses e nos limites taxativamente previstos no art. 3º do Decreto nº 40.846/2025, não configurando garantia de performance, mecanismo de suporte de crédito ou recomposição financeira pelo Município.

2.10 A presente contratação tem por objeto serviços técnicos especializados para (i) avaliação da carteira de créditos tributários e (ii) posterior estruturação, registro e distribuição pública de debêntures lastreadas no direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964.

2.10.1 Para os fins deste TR, a estrutura da oferta deverá observar, como premissa obrigatória, o regime regulatório aplicável às ofertas públicas destinadas exclusivamente a investidores profissionais, inclusive quanto à dispensa de prospecto, quando cabível, à adequada elaboração dos documentos da oferta, aos avisos regulatórios exigidos e às restrições de revenda eventualmente aplicáveis, nos termos da regulamentação da CVM.

2.10.2. Os estudos realizados no âmbito da SEFAZ constituem subsídios técnicos, fiscais, econômicos, contábeis, operacionais e institucionais para a fase preparatória e para a deflagração da presente contratação, não substituindo a *due diligence* do lastro, o estudo de viabilidade econômico-financeira, a validação da carteira elegível, a obtenção de *rating* preliminar, a definição das condições finais da emissão, a elaboração dos documentos definitivos da operação, nem as deliberações formais da SALSEC, da SEFAZ, da PGMS e das demais instâncias competentes.

2.10.3. Caberá à CONTRATADA revisar, testar, atualizar e complementar e justificar tecnicamente, no âmbito de sua atuação técnica, as premissas econômico-financeiras, operacionais e de mercado utilizadas na modelagem da emissão, inclusive quanto à carteira elegível, aos fluxos projetados, às taxas e condições econômicas estimadas, ao custo global da operação, ao regime de colocação, à demanda potencial de investidores e às condições efetivas de distribuição.

2.11 As debêntures serão emitidas pela Companhia de Securitização de Salvador - SALSEC, na qualidade de companhia securitizadora registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo a respectiva oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação da CVM e demais normas aplicáveis.

2.12 Para viabilizar a emissão, serão necessários documentos e procedimentos regulados pela CVM e pela B3 (documentos de oferta, escrituração, protocolos etc.), que observam requisitos normativos e padrões de mercado. O objeto contratual compreende entregáveis e atividades passíveis de especificação objetiva, com critérios de qualidade, prazos e formas de verificação definidos neste TR e nos instrumentos da contratação, razão pela qual se admite a adoção de pregão eletrônico, nos termos do RILC da SALSEC, da Lei nº 13.303/2016 e de demais normas aplicáveis, sem prejuízo da aferição de exequibilidade, qualificação técnica e aderência metodológica da proposta.

2.13 Considerando a natureza da operação, a composição do lastro e a necessidade de avaliação da carteira potencialmente elegível, a SALSEC poderá, em conjunto com a SEFAZ, disponibilizar aos interessados em participar do certame, em ambiente seguro e controlado, relatórios da base de dados contendo informações individualizadas dos créditos tributários, observadas as restrições de sigilo fiscal, confidencialidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

2.13.1. O acesso aos relatórios e informações ficará condicionado à prévia assinatura de Termo de Confidencialidade, documento que comprove poderes de representação; comprovação de funcionamento pelo Banco Central do Brasil; comprovação de habilitação ou registro perante a Comissão de Valores Mobiliários; indicação nominal do ponto focal responsável pelo recebimento, guarda, controle interno e eventual eliminação das informações disponibilizadas e à aceitação das condições de uso, guarda, restrição de finalidade, vedação de compartilhamento indevido, rastreabilidade de acessos e comunicação de incidentes e eliminação ou devolução das informações ao final do período autorizado.

2.13.2. A disponibilização dos relatórios e informações tem por finalidade permitir a análise técnica preliminar da carteira, a avaliação dos créditos, a mensuração do risco, a adequada precificação das propostas, a redução de assimetria informacional entre potenciais licitantes, a ampliação da competitividade e a mitigação do risco de apresentação de propostas sobreprecificadas ou tecnicamente inconsistentes.

2.13.3. As informações disponibilizadas aos interessados terão finalidade exclusiva de avaliação da operação e elaboração de proposta no âmbito deste certame, sendo vedada sua utilização para prospecção comercial, treinamento de modelos estatísticos, tecnológicos ou de inteligência artificial, desenvolvimento de produtos próprios, formação de bases privadas, *benchmarking* ou qualquer finalidade diversa da prevista no Edital e no Termo de Confidencialidade.

2.13.4 O acesso aos relatórios da base de dados observará critérios objetivos e isonômicos previstos no Edital, aplicáveis a todos os interessados que comprovem enquadramento nas condições de participação e cumpram as exigências de confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados, vedada a disponibilização seletiva de informações que possa comprometer a igualdade de condições entre os potenciais licitantes.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. A Companhia de Securitização de Salvador - SALSEC planeja realizar sua 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, observada a legislação aplicável, conforme as características e condições indicadas a seguir.

3.1.1 A **Meta de Emissão** corresponderá ao montante de referência de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), estruturada com parcela associada à garantia firme de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e eventual parcela remanescente sujeita ao regime de melhores esforços, observada a validação da modelagem definitiva, da carteira efetivamente elegível, do rating, do bookbuilding, da demanda de investidores, das condições de mercado e das deliberações competentes.

3.1.2 Eventuais ajustes de volume, distribuição entre séries ou modulação da emissão deverão ser definidos na fase de estruturação, conforme modelagem definitiva, condições de mercado, demanda apurada, rating, carteira efetivamente elegível e deliberações competentes da SALSEC.

3.1.3 O **procedimento de colocação** da emissão adotará regime misto, aplicável exclusivamente à tranche de mercado da emissão, composta pela série sênior e, se aprovada, por eventual série mezanino destinada a investidores, compreendendo: (i) **Garantia Firme** de colocação, pela licitante vencedora, no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); e (ii) colocação da parcela residual da tranche de mercado sob **regime de melhores esforços**, nos termos da regulamentação da CVM aplicável às ofertas públicas e demais normas aplicáveis.

3.1.4 A **Emissão de Debêntures** compreenderá **Debêntures Sêniors e Debêntures Subordinadas**, destinando-se estas últimas à posição econômica residual relacionada aos fluxos excedentes da securitização.

3.1.4.1 A eventual subscrição de debêntures subordinadas pelo Município de Salvador não configurará coobrigação, garantia de adimplemento das séries prioritárias, recompra, suporte de liquidez, obrigação de recomposição financeira ou assunção de responsabilidade patrimonial pela performance dos créditos cedidos.

3.1.4.2 Poderá a CONTRATADA, mediante justificativa técnica, sugerir a eventual inclusão de **debêntures da série mezanino**, hipótese em que sua adoção ficará condicionada à aprovação formal da SALSEC, precedida das manifestações institucionais cabíveis no âmbito da Administração Pública Municipal.

3.1.5 O **lastro das debêntures** consistirá nos fluxos financeiros decorrentes do direito autônomo ao recebimento de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, cedidos à SALSEC de forma onerosa, definitiva e pro soluto, sem coobrigação do Município na qualidade de cedente, os quais serão vinculados ao patrimônio separado da emissão, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 9.822/2024, do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964, do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios a ser celebrado entre o Município de Salvador e a Companhia de Securitização de Salvador – SALSEC e da documentação definitiva da operação.

3.1.5.1 A **segregação patrimonial** deverá assegurar que os direitos creditórios cedidos, os respectivos fluxos financeiros, contas vinculadas, reservas, aplicações financeiras, mecanismos de subordinação, índices de cobertura, índices de liquidez e demais bens e direitos vinculados à emissão integrem patrimônio separado da SALSEC, não se confundindo com o patrimônio geral da companhia nem com o patrimônio do Município de Salvador.

3.1.5.2 Os **mecanismos de segregação patrimonial** devem assegurar que os recursos financeiros oriundos dos recebimentos dos direitos creditórios que lastreiam os títulos de securitização emitidos sejam depositados diretamente em conta vinculada de titularidade da SALSEC, integrante do patrimônio separado, sem que ocorra trânsito prévio por qualquer conta bancária do Município de Salvador.

3.1.5.3 A cessão e a segregação patrimonial previstas neste item não implicam transferência da titularidade do crédito tributário, das prerrogativas de constituição, fiscalização, inscrição em dívida ativa ou cobrança judicial, que permanecerão sob responsabilidade dos órgãos municipais competentes, em especial a SEFAZ e a PGMS, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis.

3.1.6 O **prazo total da emissão** será de 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão das debêntures, ocorrendo a amortização em 58 (cinquenta e oito) parcelas mensais e sucessivas.

3.1.6.1 Haverá **carência** de 02 (dois) meses para a amortização do principal, período em que haverá pagamento regular dos juros remuneratórios.

3.1.7 A **metodologia de cálculo**, o **calendário** e o **cronograma de amortização do principal e pagamento de juros** serão definidos durante o processo de estruturação da operação e constarão na escritura de emissão.

3.1.8 A estrutura poderá contar com **Fundo de Reserva, Índice de Cobertura (IC) da Dívida e/ou Índice de Liquidez (IL)**, conforme venha a ser definido no processo de estruturação.

3.1.9 A estrutura da emissão deverá ser modelada tendo como referência **rating-alvo mínimo AA**, no mercado local, para as Debêntures Sêniores, como parâmetro técnico orientador da estruturação, sujeito à avaliação independente da agência de classificação de risco, à composição final do lastro, aos mecanismos de proteção, à estrutura de subordinação, aos índices de cobertura e liquidez, às condições de mercado e à documentação definitiva da operação.

3.1.10 Os **direitos creditórios** que servirão de lastro para a emissão são originados de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, sendo a carteira composta majoritariamente por créditos de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

3.1.11 A relação detalhada e individualizada dos créditos cedidos será oportunamente disponibilizada em endereço eletrônico seguro, para consulta por investidores e auditores, conforme definido na escritura de emissão, observadas as restrições legais de sigilo fiscal, proteção de dados pessoais e os níveis de acesso compatíveis com cada perfil e com a regulamentação aplicável.

3.1.12 A partir do **estoque contábil total** de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa do Município de Salvador, será selecionada carteira específica para compor o lastro da operação, cujos critérios de seleção e elegibilidade serão definidos na *Fase 1 – Fase Preliminar à Estruturação*, visando à formação de portfólio com maior probabilidade de recuperação.

3.1.12.1 A composição detalhada do estoque será oportunamente disponibilizada, devendo ser assinado termo de confidencialidade, com a finalidade de assegurar a adequada proteção dos dados compartilhados.

3.1.13 Os **direitos creditórios** a serem cedidos pelo Município de Salvador à SALSEC serão definidos durante o processo de estruturação da operação de securitização.

3.2 A execução do objeto a ser contratado ocorrerá sob a supervisão da SALSEC e será organizada em fases, conforme a seguir:

- (a) Fase 1 - Fase Preliminar à Estruturação;
- (b) Fase 2 - Fase de Estruturação da Operação;
- (c) Fase 3 - Fase de Distribuição das Debêntures;
- (d) Fase 4 - Fase Preliminar de Implantação Operacional Pós-Liquidação.

4. FASE PRELIMINAR À ESTRUTURAÇÃO

4.1 A CONTRATADA deverá elaborar e submeter à SALSEC, para fins de aprovação, em até 15 (quinze) dias após assinatura do Contrato, cronograma detalhado e consolidado dos eventos, atividades e providências relacionados à estruturação, registro e distribuição das debêntures, contemplando a identificação dos *stakeholders* envolvidos, a definição de responsabilidades, os prazos usuais de mercado, inclusive a indicação de eventual janela de oportunidade para colocação dos títulos.

4.1.1 O cronograma indicado no item 4.1 será submetido à SALSEC para fins de análise e aprovação, cabendo à CONTRATADA adotar todas as providências necessárias para garantir o cumprimento dos prazos nele previstos.

4.2 A CONTRATADA deverá subcontratar serviços técnicos especializados de empresa de auditoria, com reconhecida e comprovada experiência para a realização de avaliação de lastro (*due diligence*) de (i) créditos tributários municipais inscritos em dívida ativa e (ii) créditos tributários municipais objetos de parcelamento, inscritos ou não em dívida ativa, do Município de Salvador, com a finalidade de subsidiar a modelagem econômico-financeira da operação de securitização.

4.2.1 A previsão de subcontratação da verificação independente do lastro pela CONTRATADA justifica-se pela necessidade de integração técnica entre a avaliação da carteira, a modelagem econômico-financeira, a definição dos parâmetros da emissão, a obtenção de *rating*, a estratégia de distribuição e a precificação da oferta. A centralização dessa coordenação na CONTRATADA visa assegurar consistência metodológica, rastreabilidade das premissas utilizadas e responsabilidade pela integração dos insumos técnicos necessários à estruturação da operação, sem prejuízo da aprovação prévia da SALSEC quanto à subcontratação e da responsabilidade da CONTRATADA pelos produtos integrados ao seu escopo.

4.2.2. A listagem de créditos a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, mediante assinatura de termo de confidencialidade, constituirá o universo para avaliação do lastro. Caberá à subcontratada proceder à análise técnica, identificar, classificar e segregar créditos inelegíveis ou não aderentes aos critérios aplicáveis à operação de securitização, assegurando a rastreabilidade das exclusões, ajustes e reclassificações realizadas.

4.2.2.1 A listagem referida no item 4.2.2 incluirá:

- I. **Créditos em Cobrança Administrativa:** créditos ativos, inscritos ou não em dívida ativa, que ainda não foram objeto de ação judicial, encontrando-se em fase de cobrança amigável ou extrajudicial (negativação e protesto);
- II. **Créditos Ajuizados:** créditos ativos cuja cobrança é objeto de execução fiscal ou outra medida judicial pertinente, inscritos em dívida ativa;

- III. **Créditos Parcelados Ativos:** créditos cuja exigibilidade se encontra suspensa em virtude de adesão a programas de parcelamento, ordinários ou especiais (a exemplo de Programas de Parcelamento Incentivados – PPI ou transações), e que se encontram em situação de adimplência ou mora tolerada, nos termos da legislação aplicável;
- IV. **Créditos com Exigibilidade Suspensa:** créditos ativos cuja cobrança se encontra temporariamente interrompida por razões diversas do parcelamento, tais como depósitos judiciais integrais, recursos administrativos com efeito suspensivo ou decisões judiciais liminares, os quais deverão ser expressamente identificados e segregados, com apontamento do respectivo status jurídico.

4.2.2.2. A análise técnica da carteira deverá contemplar, adicionalmente, verificação de aderência jurídica dos direitos creditórios à legislação aplicável à cessão onerosa e definitiva, inclusive quanto à elegibilidade, exigibilidade, constituição do crédito, reconhecimento do crédito pelo devedor quando legalmente exigível, e aptidão para compor o lastro da operação, com segregação específica das hipóteses de dúvida jurídica material.

4.2.3. A subcontratação mencionada no item 4.2 somente poderá ser efetivada após aprovação prévia e expressa da SALSEC, à qual deverão ser submetidos, no mínimo:

- I. proposta técnica e comercial;
- II. comprovação de experiência em trabalhos similares;
- III. descrição do método de trabalho e indicação da equipe técnica destacada para a prestação dos serviços; e
- IV. declaração de independência e ausência de conflito de interesses, quando aplicável.

4.2.3.1. A SALSEC deverá se manifestar quanto à aprovação da subcontratação no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa, ressalvada a necessidade de diligências, complementações ou esclarecimentos adicionais.

4.2.3. O objeto da subcontratação compreenderá, no mínimo, a execução dos seguintes serviços:

(a) tratamento, validação e rastreabilidade dos dados, incluindo reconciliações e checagens de consistência, com classificação e segregação, para fins de modelagem de recebimentos, de ocorrências que não configurem ingresso financeiro, tais como anistias, remissões, cancelamentos administrativos ou judiciais, isenções, prescrições e decadências sinalizadas, compensações, dações, estornos e baixas administrativas sem arrecadação, conforme disponibilidade dos registros;

(b) análise dos créditos elegíveis e sua posterior estratificação por vetores de performance, incluindo, no mínimo:

- (i) tipo de crédito tributário (IPTU, TRSD, ISS, TFF Estabelecimento e outros pertinentes);
- (ii) tipo de garantia vinculada e garantias secundárias disponíveis;
- (iii) ano de competência;
- (iv) tempo de inscrição em dívida ativa;
- (v) *status* e estratégia de cobrança (créditos ajuizados, protestados ou em fase de cobrança administrativa); e
- (vi) concentração e pulverização por devedor, inclusive com identificação de grupo econômico, quando possível, por faixas de valores e por ticket, entendido como o valor unitário do crédito na unidade adotada;

(c) análise de desempenho histórico, e elaboração de projeções de recuperação esperada e do perfil de risco da carteira, com a construção de curvas de arrecadação mensais e acumuladas por safra, devendo ser apresentados, no mínimo, cenários base, conservador e de estresse, com premissas explícitas, rastreáveis e memória de cálculo;

(d) elaboração de relatórios, bases e memórias de cálculo contendo informações sobre o perfil dos créditos tributários elegíveis a compor a cessão onerosa definitiva de direitos creditórios, de modo a suportar a tomada de decisão e a documentação da operação de securitização.

(e) relatório sintético de elegibilidade jurídica e regulatória da carteira, contendo a identificação dos principais filtros legais adotados, das exclusões realizadas e dos riscos residuais relevantes para fins de estruturação da oferta.

4.2.4. A subcontratação referente à *due diligence* deverá contemplar, no mínimo, a entrega dos seguintes produtos:

- I. relatório técnico contendo procedimentos adotados, amostras analisadas e achados factuais;
- II. tabelas de estratificação;
- III. curvas mensais e curvas acumuladas por safra, com memória de cálculo; e
- IV. quadro detalhado e consolidado de exceções, de inconsistências e de ajustes, com a respectiva quantificação e estimativa de impacto, quando possível.

4.3 A CONTRATADA deverá apresentar à SALSEC os produtos e entregáveis fornecidos pela empresa subcontratada para realizar a avaliação do lastro, para fins de análise, manifestação institucional e deliberação pelas instâncias competentes da SALSEC, em articulação com a SEFAZ e a PGMS, sem prejuízo da responsabilidade técnica da CONTRATADA e da empresa subcontratada pela consistência, rastreabilidade e suficiência dos procedimentos executados no âmbito de seus respectivos escopos.

4.4 A execução dos serviços e atividades referentes aos itens 4.1 a 4.3 observará o cronograma previsto no item 4.1.

4.5 Os prazos previstos nesta Fase Preliminar à Estruturação poderão ser suspensos pelo período em que houver pendência de disponibilização de dados, acessos, evidências, validações ou respostas formais da CONTRATANTE e/ou de órgãos correlatos, necessárias à execução dos procedimentos, mediante registro formal e justificativa circunstanciada pela CONTRATADA.

4.6 A execução dos serviços previstos na Fase de Estruturação depende de anuência expressa e escrita da CONTRATANTE, a partir de solicitação da CONTRATADA.

5. FASE DE ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO

5.1 Com base nos resultados obtidos na Fase Preliminar à Estruturação, a CONTRATADA executará as atividades a seguir delineadas, observadas a legislação aplicável, o Edital e seus anexos:

5.1.1 *Rating* preliminar: a CONTRATADA deverá apoiar, coordenar tecnicamente e articular a obtenção de nota preliminar de classificação de risco (*rating*), no mercado local, relativa às debêntures lastreadas no direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários do Município de Salvador, junto a agência de classificação de risco habilitada.

5.1.2 Estudo de viabilidade econômico-financeira: a CONTRATADA deverá elaborar estudo de viabilidade econômico-financeira da operação de securitização, com base na carteira potencialmente elegível, nas premissas de recuperação, nos custos da operação, na estrutura de subordinação, nos mecanismos de proteção, no cronograma de amortização e nas condições estimadas de remuneração das debêntures, contemplando, no mínimo, cenários base, conservador e de estresse, com memória de cálculo, análise de sensibilidade e indicação dos principais riscos e condicionantes da operação.

5.1.3 Estratégia de distribuição: a CONTRATADA deverá definir e submeter à SALSEC a estratégia de distribuição das debêntures, considerando que a oferta pública será destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação aplicável, bem como o *rating* preliminar, a liquidez esperada, as condições de mercado, a estrutura de remuneração e as restrições regulatórias pertinentes, com vistas à adequada colocação da emissão, observado o disposto no Edital e na documentação da oferta.

5.1.3.1 A definição da estratégia de distribuição não implica garantia de sucesso integral da colocação, ressalvado quanto ao montante estipulado a ser distribuído em regime de garantia firme, como previsto neste Termo de Referência.

5.1.4 **Formato da emissão:** a emissão compreenderá, no mínimo, debêntures sêniores e debêntures subordinadas, podendo a CONTRATADA, mediante justificativa técnica, sugerir a eventual inclusão de série mezanino, hipótese em que sua adoção ficará condicionada à aprovação formal da SALSEC, precedida das manifestações institucionais cabíveis no âmbito da Administração Pública Municipal.

5.1.4.1. A série subordinada terá natureza de posição econômica residual, não configurando garantia das séries prioritárias, suporte de liquidez, obrigação de recompra, obrigação de recomposição financeira, preservação compulsória de rentabilidade ou coobrigação do Município pela performance dos créditos cedidos.

5.1.5 **Parâmetros essenciais e modelagem:** a CONTRATADA deverá avaliar, recomendar, justificar tecnicamente e submeter à análise e aprovação das instâncias competentes da SALSEC os parâmetros essenciais da emissão, observadas as premissas de Meta de Emissão, garantia firme e colocação sob regime de melhores esforços previstas neste Termo de Referência, incluindo, conforme aplicável: prazo, cronograma de amortização e pagamentos, procedimento de colocação, regime fiduciário, patrimônio separado, público-alvo, estrutura de séries, mecanismos de subordinação, índices de cobertura e liquidez, fundo de reserva, rating preliminar, custos estimados da operação e projeção/modelagem dos fluxos de pagamento das debêntures, observadas as condições de mercado, a carteira efetivamente elegível, o rating, a demanda de investidores e os limites deste Termo de Referência, do Edital, do Contrato e da documentação definitiva da operação.

5.1.5.1 A CONTRATADA deverá, ainda, confirmar justificadamente, em **nota técnica** específica, o enquadramento regulatório da oferta, o rito de registro aplicável, a compatibilidade da emissão com o público-alvo profissional e os documentos exigíveis ou dispensáveis no âmbito da Resolução CVM nº 160/2022, sem prejuízo da decisão administrativa final da SALSEC quanto à estrutura adotada.

5.1.6 **Lastro e segregação dos direitos creditórios:** estruturação da segregação dos direitos creditórios por meio de cessão onerosa, definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação e sem retenção de risco pelo Município na qualidade de cedente, do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 1º da Lei Municipal nº 9.822/2024, a serem transferidos ao Patrimônio Separado da SALSEC, constituído sob regime fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios a ser celebrado entre o Município de Salvador e a Companhia de Securitização de Salvador – SALSEC, não implicando transferência da titularidade do crédito tributário nem das prerrogativas de cobrança administrativa ou judicial, que permanecem com o Município.

5.1.6.1 Os **mecanismos de segregação patrimonial** devem assegurar que os recursos financeiros decorrentes dos direitos creditórios que lastrearem as debêntures a serem emitidas no âmbito da operação sejam depositados diretamente em conta vinculada de titularidade da SALSEC, integrante do patrimônio separado, sem trânsito prévio por qualquer conta bancária do Município de Salvador.

5.1.7 **Elaboração dos atos societários da SALSEC** exigidos pela legislação aplicável para a aprovação e emissão das debêntures.

5.1.8 **Elaboração dos instrumentos contratuais e demais documentos pertinentes**, incluindo, entre outros, o contrato de cessão definitiva de direitos creditórios, a escritura de emissão das debêntures, instrumentos e manifestações acessórias, observadas as formalidades legais e regulamentares aplicáveis, bem como a adequação terminológica e documental ao rito de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais.

5.1.9 **Protocolo, quando aplicável, do pedido de registro, comunicação, requerimento de dispensa ou demais providências** necessárias perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, quando cabível, perante a ANBIMA, a B3 ou outras entidades de mercado envolvidas na operação, conforme o rito regulatório, os procedimentos de autorregulação aplicáveis e a infraestrutura de mercado utilizada.

5.1.10 A execução dos serviços previstos na Fase de Estruturação obedecerá ao cronograma aprovado pela CONTRATANTE, e a CONTRATADA somente poderá iniciar e executar as fases subsequentes da operação, mediante anuência expressa e escrita da SALSEC.

5.1.11 Caso seja identificada, na fase de estruturação, a necessidade de promover ajustes nos elementos da modelagem da operação, de modo a assegurar a compatibilidade econômico-financeira entre o montante exigido, a capacidade efetiva de monetização dos créditos e a viabilidade da operação, a CONTRATADA poderá recomendar, de forma fundamentada, as adequações que considerar pertinentes, cabendo à SALSEC a decisão final, e, quando aplicável, precedida das manifestações institucionais cabíveis da SEFAZ e da PGMS, observada a legislação aplicável, a regulamentação da CVM, a Lei Municipal nº 9.822/2024, o Decreto Municipal nº 40.846/2025 e os limites da documentação da operação.

5.1.12 A CONTRATADA deverá coordenar a execução dos serviços, mantendo interlocução permanente com a SALSEC, as Secretarias envolvidas e a Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS, assegurando comunicação formal, tempestiva e registro das deliberações relevantes ao longo de toda a prestação de serviços.

5.1.13 A CONTRATADA deverá realizar, quando solicitado pela SALSEC, ajustes técnicos destinados ao aperfeiçoamento da estruturação da emissão.

6. FASE DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

6.1. A CONTRATADA será responsável pela **coordenação da distribuição das debêntures**, na modalidade de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme a modelagem definida na fase de estruturação e aprovada pela SALSEC, observada a regulamentação aplicável.

6.2. Compete à CONTRATADA identificar, prospectar e abordar potenciais investidores aderentes ao perfil da operação, devendo adotar as práticas usuais de mercado, observada a regulamentação aplicável e as diretrizes aprovadas pela SALSEC, com vistas à adequada colocação da emissão, consideradas as condições de mercado e o regime de colocação aplicável.

6.3. A CONTRATADA deverá organizar, revisar e consolidar os documentos e materiais necessários à distribuição, incluindo, sem limitação:

- (i) documentos informacionais relativos ao emissor, à operação e aos direitos creditórios que compõem o lastro;
- (ii) materiais de apresentação a investidores, avisos, apresentações institucionais, lâminas e demais peças permitidas pela regulamentação aplicável;
- (iii) documentos e informações exigidos para protocolo, registro, comunicação, divulgação ou colocação da oferta, conforme o caso;
- (iv) os avisos e alertas regulatórios exigidos para ofertas destinadas exclusivamente a investidores profissionais, inclusive quanto à eventual dispensa de prospecto, à ausência de análise prévia da CVM e às restrições de revenda aplicáveis, quando cabível.

6.4. A disponibilização de informações e documentos a potenciais investidores deverá ocorrer em ambiente seguro e controlado, definido pela SALSEC e pela CONTRATADA, quando necessário, com observância de regras de confidencialidade, sigilo e rastreabilidade de acessos, não sendo obrigatória a constituição de *data room* dedicado, salvo se justificado pela complexidade da operação ou por exigência regulatória, legal ou de mercado.

6.5. A CONTRATADA deverá coordenar a preparação e divulgação dos materiais destinados ao fornecimento de informações a potenciais investidores, em conformidade com a regulamentação aplicável à oferta, diligenciando para assegurar a consistência entre tais materiais e os documentos formais da emissão.

6.6. A CONTRATADA deverá coordenar a apresentação da operação aos potenciais investidores, inclusive por meio de reuniões, apresentações, *roadshows* e demais interações usuais de mercado, com participação da SALSEC sempre que esta entender necessário ou conveniente.

6.7. A CONTRATADA deverá conduzir reuniões com potenciais investidores para esclarecimento de dúvidas sobre a operação, assegurando que as informações prestadas sejam compatíveis com os documentos da oferta e com as orientações aprovadas pela SALSEC.

6.8. Caberá à CONTRATADA promover, quando aplicável, o protocolo, registro, requerimento de dispensa, comunicação ou adoção das providências necessárias perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando cabível, perante a ANBIMA, a B3 ou outras entidades de mercado envolvidas na operação, conforme a modalidade de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, o rito regulatório e a regulamentação incidente.

6.9. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação prévia da SALSEC a estratégia final de distribuição, contendo, no mínimo:

- I. público-alvo limitado a investidores profissionais;
- II. canais e forma de colocação;
- III. cronograma estimado da oferta;
- IV. parâmetros indicativos de remuneração, prazo e volume;
- V. eventuais premissas de alocação e liquidação;
- VI. indicação expressa dos documentos da oferta a serem utilizados, com justificativa para eventuais dispensas regulatórias cabíveis.

6.9.1. A CONTRATADA deverá assegurar que os materiais de oferta, de apresentação e de interação com investidores sejam estritamente compatíveis com os documentos formais da emissão e com o regime regulatório aplicável à oferta, vedada a utilização de comunicação promocional, informacional ou comercial em desacordo com as regras da CVM.

6.10. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá conduzir o procedimento de *bookbuilding*, observando as práticas usuais de mercado e a regulamentação incidente, competindo-lhe:

- I. coletar e consolidar as intenções de investimento;
- II. apurar a demanda, volumes, taxas e condições indicativas;
- III. apresentar à SALSEC relatório consolidado com o resultado do procedimento;
- IV. submeter à deliberação da SALSEC a proposta final de preço, remuneração, volume e alocação da emissão.

6.11. A decisão final quanto ao prosseguimento da colocação, ao volume efetivamente emitido, à remuneração, à alocação e às demais condições finais da distribuição caberá à SALSEC, observadas as manifestações internas e institucionais necessárias, incluindo a SEFAZ, conforme a governança aplicável, bem como os parâmetros previstos neste Termo de Referência, na documentação da operação e na regulamentação pertinente.

6.12. O procedimento de colocação da emissão observará regime misto, compreendendo, cumulativamente, parcela sujeita à garantia firme de colocação e parcela sujeita ao regime de melhores esforços, em conformidade com a regulamentação da CVM aplicável às ofertas públicas e demais normas aplicáveis. O regime de colocação deverá constar expressamente da documentação da oferta e do contrato de distribuição.

6.12.1. A parcela com garantia firme corresponderá ao montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), cabendo à CONTRATADA, na qualidade de instituição coordenadora da oferta, assumir a obrigação correspondente, nos termos da documentação da oferta e do contrato de distribuição.

6.12.1.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente as obrigações assumidas quanto à garantia firme, inclusive quanto à subscrição da parcela não distribuída junto a investidores, até o limite do montante mencionado no item 6.12.1.

6.12.2. A parcela residual da emissão, assim entendida como o saldo que exceder o montante referido no item 6.12.1, será objeto de colocação sob regime de melhores esforços, cabendo à CONTRATADA promover sua distribuição com observância dos padrões técnicos, comerciais, operacionais e regulatórios aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades que lhe caibam pela condução da oferta.

6.12.3. O detalhamento das condições específicas da garantia firme, da colocação sob melhores esforços, da eventual distribuição parcial, dos eventos condicionantes, da alocação dos valores mobiliários, bem como das demais implicações operacionais, regulatórias e contratuais do procedimento de colocação, constará da minuta contratual, do contrato de distribuição e dos documentos da oferta, observado o disposto na regulamentação da CVM aplicável.

6.12.4. A CONTRATADA deverá observar, na execução de suas atividades, os deveres de diligência, organização, coordenação e conformidade inerentes à atuação de instituição intermediária em oferta pública, nos termos da regulamentação aplicável.

6.13. A modelagem da operação deve contemplar a emissão de séries com diferentes níveis de subordinação, inclusive eventualmente mezanino, e suas condições financeiras e jurídicas deverão ser definidas de forma integrada na fase de estruturação, com indicação expressa:

- I. da ordem de prioridade de pagamentos;
- II. das condições de remuneração e amortização;
- III. dos eventos de bloqueio ou subordinação;

- IV. dos respectivos impactos sobre a série sênior;
- V. da alocação e do público-alvo de cada série, observado que a série sênior objeto da oferta pública deverá ser destinada exclusivamente a investidores profissionais, sem prejuízo da definição específica das séries subordinadas na documentação da operação.

6.14. Concluída a definição final da oferta, a CONTRATADA deverá coordenar os atos necessários à subscrição, integralização e liquidação financeira das debêntures, incluindo a verificação do cumprimento das condições precedentes, a articulação com os prestadores envolvidos e a organização do fechamento da operação.

6.15. A liquidação financeira das debêntures deverá ocorrer no prazo definido no cronograma da operação e na documentação da oferta, observado o intervalo usual de mercado entre a fixação das condições finais da emissão e o fechamento, conforme condições operacionais da infraestrutura de mercado e cronograma aprovado pela SALSEC.

6.16. A CONTRATADA deverá coordenar a obtenção da **classificação definitiva de risco (rating)** da emissão, quando aplicável, em momento compatível com a conclusão da distribuição e com as exigências regulatórias e de mercado.

6.17. Durante toda a fase de distribuição, a CONTRATADA deverá manter a SALSEC permanentemente informada sobre:

- I. andamento da prospecção e das interações com investidores;
- II. manifestação de interesse observadas junto a investidores;
- III. riscos de colocação;
- IV. necessidade de ajustes na estratégia;
- V. quaisquer fatos relevantes que possam impactar a oferta ou a liquidação.

6.18. O início da execução das atividades desta fase dependerá de manifestação formal da SALSEC, após a conclusão satisfatória da fase de estruturação e a aprovação dos documentos, condições e premissas necessárias ao lançamento da oferta.

6.19. A SALSEC poderá, motivadamente, suspender ou encerrar a qualquer momento a execução dos serviços desta fase, mediante decisão motivada precedida, quando aplicável, das manifestações institucionais do Município de Salvador, da SEFAZ e da PGMS, caso entenda que a operação de securitização se tornou economicamente inviável, juridicamente inadequada, regulatoriamente incompatível ou não recomendável diante das condições efetivas de mercado, da carteira elegível, do rating, da demanda de investidores, da modelagem definitiva ou das deliberações competentes. Nessa hipótese, a CONTRATADA fará jus ao ressarcimento das despesas incorridas e efetivamente comprovadas com contratações de terceiros, previamente aprovadas pela SALSEC, observado o limite máximo de R\$ 1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais), conforme levantamento realizado em processo administrativo.

6.19.1 O ressarcimento previsto no item 6.19 terá natureza excepcional e somente abrangerá despesas de terceiros diretamente vinculadas à execução regular do objeto, previamente autorizadas pela SALSEC, efetivamente incorridas e documentalmente comprovadas, desde que não estejam compreendidas na remuneração principal all-in da CONTRATADA.

6.19.2 Poderão ser admitidas, conforme o caso, despesas relativas a classificação de risco, *due diligence* para verificação do lastro, assessoria jurídica externa contratada para apoio à estruturação da operação, registros, emolumentos, taxas externas exigidas por órgão regulador, autorregulador ou infraestrutura de mercado, ou outros dispêndios externos previamente individualizados, justificados e autorizados pela SALSEC.

6.19.3 Não serão ressarcíveis custos próprios da CONTRATADA, equipe interna, mobilização, prospecção, *roadshow*, *bookbuilding*, estrutura comercial, custo de oportunidade, margem, lucro cessante, remuneração implícita, despesas não autorizadas previamente, despesas sem comprovação idônea, despesas incompatíveis com preços de mercado ou decorrentes de erro, atraso, falha técnica, seleção inadequada de terceiro ou inadimplemento imputável à CONTRATADA.

6.20. As atividades da fase de distribuição deverão observar o cronograma global da operação, sem prejuízo de ajustes justificados por condições de mercado, exigências regulatórias ou determinações da SALSEC.

7. FASE PRELIMINAR DE IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL PÓS LIQUIDAÇÃO

7.1. Durante a vigência das debêntures, a SALSEC, na qualidade de emissora das debêntures e administradora do patrimônio separado, permanecerá responsável pelas atividades de monitoramento, controle, processamento e liquidação dos direitos creditórios e demais ativos e obrigações vinculados à operação de securitização, bem como pela observância dos mecanismos de proteção previstos na documentação da operação.

7.2. A SALSEC contratará, em benefício do patrimônio separado, os prestadores de serviços envolvidos na fase de administração da operação de securitização, tais como, custodiante, escriturador, auditor independente, agente fiduciário, assessoria jurídica, assessoria de cobrança e agência de classificação de risco, quando aplicável, podendo o instrumento de emissão atribuir os encargos das referidas contratações.

7.3 A CONTRATADA prestará, nos termos deste TR e do Contrato, serviço de assessoria técnica visando apoiar a CONTRATANTE no período de implantação, transição e estabilização inicial dos fluxos operacionais da emissão, sem transferência das responsabilidades legais, regulatórias e fiduciárias próprias da SALSEC, emissora das debêntures e administradora do patrimônio separado.

7.3.1 A CONTRATADA apoiará a SALSEC, na seleção e na contratação dos prestadores de serviços envolvidos na fase de administração da operação de securitização, e, quando cabível, na implantação operacional e na integração destes prestadores de serviços, conforme regras contratuais de governança, não lhe sendo conferidos poderes para contratar em nome da SALSEC ou assumir obrigações perante terceiros.

7.4 As competências relativas à cobrança administrativa, extrajudicial e judicial dos créditos objeto de cessão onerosa permanecerão sob responsabilidade dos órgãos municipais competentes, em especial da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e da Procuradoria Geral do Município de Salvador – PGMS, conforme suas respectivas atribuições legais e regulamentares. O serviço de assessoria de cobrança a ser contratado pela SALSEC terá natureza exclusivamente técnico-operacional, visando apoiar a Fazenda Pública Municipal, sem delegação de competências privativas, sem transferência de prerrogativas públicas e observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 40.846/2025 e nas demais normas e instrumentos pertinentes.

7.4.1 A CONTRATADA prestará apoio técnico à estruturação da contratação da assessoria de cobrança pela SALSEC, no tocante à definição do escopo, níveis de serviço e respectivos indicadores de desempenho, critérios de avaliação técnica e rotinas de monitoramento.

7.5 Os custos e despesas operacionais recorrentes da operação, incluindo remunerações de prestadores de serviços essenciais e taxas de infraestrutura de mercado, serão suportados na forma prevista na documentação da operação.

7.5.1 A remuneração da CONTRATADA não se confunde com tais despesas recorrentes e observará exclusivamente o preço contratual e as condições definidas neste TR, no Edital e no Contrato.

7.6 Permanecem sob responsabilidade da SALSEC:

- I. a decisão final sobre medidas de gestão e governança do patrimônio separado;

- II. a gestão dos contratos dos prestadores de serviços envolvidos na fase de administração da operação de securitização, com apoio da CONTRATADA, quando aplicável;
- III. o cumprimento das formalidades institucionais e de governança aplicáveis à SALSEC (incluindo a Lei nº 13.303/2016), mantendo registros à disposição dos órgãos de controle; e
- IV. a prática de atos privativos enquanto emissora das debêntures e administradora do patrimônio separado.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA poderá, mediante anuência prévia e expressa da CONTRATANTE, subcontratar parcelas específicas de serviços técnicos especializados complementares necessários à adequada execução da operação, desde que tal subcontratação não implique transferência da coordenação geral da operação, da interlocução principal com a CONTRATANTE, nem das responsabilidades centrais assumidas pela CONTRATADA no âmbito da estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta.

8.2. A subcontratação ficará limitada a atividades técnicas especializadas, complementares ou instrumentais à execução do objeto, tais como:

(i) classificação de risco de crédito;

(ii) serviços jurídicos especializados, quando necessários e voltados a temas específicos da operação, podendo abranger apoio à modelagem jurídica, regulatória e documental, nos limites deste TR;

(iii) verificação independente (*due diligence*) do lastro, por pessoa jurídica com experiência comprovada, para elaboração de relatório técnico contendo informações sobre o perfil, consistência e elegibilidade dos créditos que comporão a cessão definitiva; e

(iv) outros serviços técnicos especializados que, por sua natureza, não sejam executados diretamente pela CONTRATADA e sejam necessários à boa execução da OPERAÇÃO.

8.2.1. A CONTRATADA deverá, no âmbito de suas atribuições, atuar em articulação com a assessoria jurídica especializada da operação, própria ou subcontratada, com a finalidade de compatibilizar a estrutura financeira da operação, os documentos da oferta, os instrumentos contratuais e a regulamentação aplicável, sem que disso decorra obrigação da CONTRATADA de prestar, por si, atos privativos de advocacia, emitir pareceres jurídicos formais ou assumir responsabilidade exclusiva por manifestações jurídicas atribuíveis à assessoria jurídica responsável.

8.3. A contratação de terceiros pela CONTRATADA dependerá de submissão prévia à CONTRATANTE, nos termos deste TR e do contrato, acompanhada de justificativa técnica, descrição do escopo a ser executado, identificação do terceiro e comprovação de sua qualificação e experiência compatíveis com a atividade, cabendo à SALSEC aprovar ou rejeitar, motivadamente, a subcontratação proposta.

8.4. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos atos, documentos, produtos, prazos, conformidade regulatória e qualidade técnica dos serviços executados por terceiros subcontratados, respondendo por vícios, atrasos, inconsistências e danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou à operação.

8.5. As subcontratações a que se refere esta Cláusula deverão estar contempladas na proposta de preços da licitante e não implicarão custo adicional para a CONTRATANTE, devendo os pagamentos aos subcontratados ser realizados diretamente pela CONTRATADA, ressalvado o disposto na cláusula 6.19 deste TR.

8.6. Havendo necessidade, durante a execução do CONTRATO, de substituição de serviços subcontratados, a alteração dependerá de prévia aprovação da CONTRATANTE na forma prevista neste TR e no CONTRATO, correndo eventuais custos exclusivamente pela CONTRATADA.

8.7. As subcontratações realizadas pela CONTRATADA não se confundem com a contratação, pela SALSEC ou pelo patrimônio separado, de prestadores essenciais da emissão, distribuição, escrituração, custódia, administração fiduciária, manutenção ou governança da operação, tais como agente fiduciário, escriturador, custodiante, banco liquidante, auditor independente, agência de classificação de risco, assessoria jurídica, assessoria de cobrança, prestadores de apoio à conciliação de fluxos e demais agentes previstos na documentação definitiva da operação.

8.7.1. A eventual indicação, coordenação ou interação da CONTRATADA com prestadores essenciais da operação não implicará transferência à CONTRATADA de atribuições fiduciárias, decisórias, regulatórias ou de administração material do patrimônio separado que sejam próprias da SALSEC, do agente fiduciário ou de outros prestadores legal ou contratualmente responsáveis.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista das licitantes constarão no Edital, assim como os critérios objetivos de comprovação da qualificação econômico-financeira e técnica previstos neste TR.

9.2. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.2.1. Em razão da relevância econômica, da complexidade da operação e das obrigações assumidas pela futura CONTRATADA no âmbito da estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta, bem como do suporte inicial à fase de manutenção, a licitante deverá comprovar qualificação econômico-financeira compatível com o objeto licitado, na forma e mediante os documentos e critérios objetivos que vierem a ser definidos neste Termo de Referência e no Edital, observada a legislação aplicável e a necessária proporcionalidade das exigências, podendo tais critérios abranger, conforme o caso, índices contábeis, patrimônio líquido mínimo, capital regulatório e demais elementos objetivos de capacidade econômico-financeira compatíveis com o escopo e os riscos do objeto.

9.2.2. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão econômica do licitante para assumir e executar as obrigações decorrentes da contratação, consideradas a relevância econômica, a complexidade da operação, a necessidade de coordenação integrada da oferta, a obrigação de garantia firme de colocação e o suporte operacional inicial previstos neste Edital e no Termo de Referência.

9.2.3. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.3.1. balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

9.2.3.2. quando exigíveis em razão da forma societária, da regulação setorial ou do regime contábil aplicável ao licitante, as demonstrações referidas no subitem anterior deverão vir acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes;

9.2.3.3. certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.2.3.4. comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, apurado com base no último exercício social exigível, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da documentação de habilitação;

9.2.3.4.1. A exigência de patrimônio líquido mínimo no patamar de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), correspondente a 10% (dez por cento) da Meta de Emissão de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), justifica-se pela natureza, porte e complexidade do objeto, que não se limita à elaboração de estudos ou à prestação de serviços consultivos, mas envolve a estruturação, coordenação, registro, colocação e distribuição pública de debêntures lastreadas no direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, com instituição de regime fiduciário, constituição de patrimônio separado, interação regulatória e atuação perante investidores profissionais.

9.2.3.4.2. A Meta de Emissão constitui o parâmetro econômico adequado para aferição da capacidade econômico-financeira mínima da licitante, por representar a dimensão da operação a ser estruturada, coordenada e distribuída pela futura CONTRATADA. A remuneração composta por Comissão de Estruturação – CE e Comissão de Distribuição – CD constitui forma de precificação do serviço, mas não reduz o porte econômico do objeto, nem afasta a necessidade de demonstração de robustez patrimonial compatível com a escala da emissão.

9.2.3.4.3. A exigência também se justifica em razão do regime misto de colocação previsto neste Termo de Referência, que contempla garantia firme de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e colocação da parcela residual sob regime de melhores esforços. Ainda que a garantia firme represente a obrigação de maior densidade patrimonial, a parcela sob melhores esforços também demanda capacidade operacional, estrutura de distribuição, prospecção de investidores, formação de demanda, coordenação documental, suporte à liquidação, interação com infraestrutura de mercado e cumprimento de obrigações regulatórias.

9.2.3.4.4. O patrimônio líquido mínimo exigido constitui critério objetivo de aferição da robustez econômico-financeira da licitante, voltado a mitigar risco de inadimplemento, descontinuidade, incapacidade de execução, insuficiência de estrutura operacional ou assunção inadequada de obrigações em operação de mercado de capitais de elevada complexidade. A exigência mostra-se proporcional ao objeto e compatível com o universo esperado de potenciais licitantes, sem prejuízo da competitividade do certame.

9.2.3.5. Para as instituições sujeitas à supervisão prudencial ou regulatória específica, inclusive aquelas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou registradas/supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários, serão admitidas, para fins de comprovação desta seção, as demonstrações financeiras e informações contábeis ou regulatórias regularmente elaboradas, apresentadas ou publicadas perante os órgãos competentes, desde que aptas a evidenciar, de forma suficiente, a situação patrimonial e financeira do licitante.

9.2.4. As pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos deverão apresentar as demonstrações contábeis relativas ao último exercício social exigível.

9.2.4.1. As pessoas jurídicas constituídas no exercício financeiro da licitação e que ainda não disponham de demonstrações contábeis de encerramento de exercício poderão substituir os documentos referidos no subitem 9.2.3.1 pelo balanço de abertura, na forma da lei.

9.2.5. Em se tratando de sociedade por ações, instituição financeira ou outra entidade sujeita a regime legal ou regulatório próprio de divulgação de demonstrações financeiras, a comprovação poderá ser realizada por meio de publicação oficial, escrituração digital regularmente transmitida, documento extraído de sistema oficial ou outro meio juridicamente idôneo de comprovação.

9.2.6. Para este certame, não será exigido capital social mínimo, adotando-se, em seu lugar, exclusivamente, o requisito de patrimônio líquido mínimo, por ser medida menos restritiva e mais aderente à aferição da robustez econômico-financeira do licitante.

9.2.7. A existência de certidão positiva ou de apontamento relacionado à recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, quando juridicamente aplicáveis ao licitante, não acarretará sua inabilitação automática, desde que ele comprove, cumulativamente:

9.2.7.1. que o plano de recuperação judicial foi aprovado e homologado judicialmente, ou, no caso de recuperação extrajudicial, que o plano foi homologado judicialmente, quando essa homologação for exigível;

9.2.7.2. que permanece em situação de viabilidade econômico-financeira, apta ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação;

9.2.7.3. que atende aos demais requisitos desta seção e das demais exigências de habilitação previstas neste Edital; e

9.2.7.4. que inexistente decisão judicial ou fato superveniente que evidencie a impossibilidade de contratar ou a incapacidade de execução do objeto.

9.2.8. Não será habilitado o licitante que se encontre com falência decretada, em liquidação judicial ou extrajudicial, intervenção, dissolução, ou submetido a regime equivalente que comprometa, de forma objetiva, sua capacidade econômico-financeira ou sua aptidão para contratar.

9.2.9. Na hipótese de participação em consórcio:

9.2.9.1. cada consorciado deverá apresentar, individualmente, os documentos previstos nos subitens 9.2.3.1 a 9.2.3.3, naquilo que lhe forem aplicáveis;

9.2.9.2. para efeito de comprovação da qualificação econômico-financeira do consórcio, será admitido o somatório dos valores contábeis pertinentes de cada consorciado;

9.2.9.3. o requisito de patrimônio líquido mínimo do consórcio corresponderá ao valor exigido do licitante individual acrescido de 10% (dez por cento);

9.2.9.3.1. O acréscimo de 10% (dez por cento) ao patrimônio líquido mínimo do consórcio tem por finalidade mitigar riscos adicionais inerentes à execução consorciada — especialmente riscos de coordenação, integração operacional e potencial dispersão de capacidade econômico-financeira entre consorciados — assegurando que o conjunto do consórcio detenha margem de solidez compatível com o porte e criticidade do objeto. Optou-se pelo percentual mínimo (10%), dentro da faixa legalmente admitida, como medida de proporcionalidade, de incentivo à competitividade e de estímulo à formação de consórcios, considerando que o TR e o Edital já impõem requisitos técnicos e regulatórios relevantes, bem como regras específicas de responsabilidade e comprovação econômico-financeira pelos consorciados.

9.2.9.4. a eventual substituição de consorciado, após a habilitação, dependerá de autorização expressa da SALSEC e da comprovação de que a nova empresa possui, no mínimo, a mesma capacidade econômico-financeira anteriormente demonstrada pela substituída.

9.2.10. Poderá ser realizada diligência para esclarecer ou complementar a instrução da qualificação econômico-financeira, inclusive para:

- I. confirmar a autenticidade e a consistência das demonstrações contábeis e financeiras apresentadas;
- II. solicitar memória de cálculo, notas explicativas, relatório de auditoria, documentos regulatórios, esclarecimentos sobre ressalvas, ênfases ou apontamentos relevantes;
- III. verificar, quando cabível, decisões judiciais, planos homologados, certidões atualizadas e outros elementos destinados a comprovar a situação econômico-financeira efetiva do licitante; e
- IV. sanar erros materiais ou falhas formais que não alterem a substância da documentação, nem importem criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.

9.2.11. A diligência prevista no item anterior poderá admitir a apresentação de documento não juntado originalmente ou a complementação de informação relativa a documento já apresentado, desde que destinada a comprovar condição preexistente à data de apresentação da proposta ou da habilitação, vedada a constituição superveniente da condição exigida.

9.2.12. A não comprovação da qualificação econômico-financeira, na forma desta seção, ensejará a inabilitação do licitante, observadas as regras deste Edital sobre diligência saneadora e convocação do licitante subsequente, na ordem de classificação.

9.3. Qualificação Técnica

9.3.1. Para os fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter atuado como coordenadora líder ou, quando cabível, como coordenadora com responsabilidade efetiva na condução da oferta, na estruturação e distribuição de oferta pública de valores mobiliários representativos de dívida (incluindo debêntures não conversíveis), no contexto de operação estruturada lastreada em direitos creditórios e/ou no direito autônomo ao recebimento, contemplando mecanismos de segregação patrimonial e/ou direcionamento de fluxos, com efetiva precificação e liquidação financeira (total ou parcial) da oferta, realizada nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, ou, quando se tratar de oferta realizada sob regime normativo anterior, da Instrução CVM nº 400/2003 ou da Instrução CVM nº 476/2009, em montante igual ou superior a R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Meta de Emissão prevista no item 3.1.1 deste TR.

9.3.2. A exigência prevista no item 9.3.1 justifica-se pela natureza especializada, complexa e sensível do objeto contratado, que envolve a estruturação e a distribuição pública de debêntures vinculadas a operação de securitização lastreada no direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, com instituição de regime fiduciário, constituição de patrimônio separado, segregação de fluxos, interação com investidores profissionais, infraestrutura de mercado, agência de classificação de risco, agente fiduciário, escriturador e demais prestadores essenciais da operação. A comprovação de experiência prévia em oferta pública de valores mobiliários representativos de dívida, no contexto de operação estruturada lastreada em direitos creditórios e/ou no direito autônomo ao recebimento, é necessária para assegurar que a licitante detenha capacidade técnica compatível com a condução integrada da estruturação, distribuição, precificação, colocação e liquidação financeira da oferta, bem como familiaridade com os riscos jurídicos, regulatórios, operacionais e de mercado próprios desse tipo de operação.

9.3.3. A exigência de que a operação comprovada tenha contemplado efetiva precificação e liquidação financeira, ainda que parcial, visa assegurar que a experiência apresentada corresponda a operação concretamente levada ao mercado, com superação das etapas essenciais de estruturação, formação de demanda, definição de condições finais, subscrição, integralização e fechamento financeiro, não se limitando à atuação meramente consultiva, preparatória ou prospectiva.

9.3.4. O montante mínimo de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Meta de Emissão prevista neste Termo de Referência, foi fixado como parâmetro objetivo de compatibilidade econômica e operacional entre a experiência pretérita e o porte da operação pretendida pela SALSEC, considerando o volume estimado da emissão, a parcela prevista sob regime de garantia firme de colocação no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), a necessidade de interlocução com investidores profissionais e a relevância dos riscos assumidos na coordenação da oferta. O percentual adotado busca equilibrar segurança técnica e preservação da competitividade, pois exige experiência em operação de porte relevante, sem impor identidade absoluta com a operação objeto do certame nem exigir comprovação correspondente à integralidade da Meta de Emissão estimada.

9.3.5. Para preservar a competitividade e evitar restrição indevida à disputa, admite-se a apresentação de apenas 1 (um) atestado de capacidade técnica; a comprovação de atuação como coordenadora líder ou, quando cabível, coordenadora com responsabilidade efetiva na condução da oferta; a aceitação de operações realizadas sob os regimes da Resolução CVM nº 160/2022, da Instrução CVM nº 400/2003 ou da Instrução CVM nº 476/2009; bem como a comprovação por ofertas realizadas sob regime de melhores esforços ou de garantia firme, não se exigindo identidade absoluta entre a operação anteriormente executada e a operação objeto da contratação.

9.3.6. O atestado deverá indicar, preferencialmente, o emissor, a natureza da operação, o valor da oferta, o montante efetivamente distribuído, a data de precificação, a data de liquidação e a função desempenhada pela licitante na operação, podendo tais informações, quando ausentes no próprio atestado, ser complementadas por declaração do emitente ou por outros documentos idôneos.

9.3.7. Serão admitidos atestados relativos a ofertas públicas realizadas sob regime de melhores esforços ou de garantia firme, não sendo exigida identidade absoluta entre a operação anteriormente executada e a operação objeto deste certame.

9.3.8. A licitante deverá, ainda, comprovar que é instituição intermediária habilitada para atuar na coordenação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da regulamentação da CVM.

9.3.9. A licitante deverá indicar equipe técnica mínima compatível com a execução do objeto, incluindo, no mínimo:

- I. 1 (um) responsável técnico com experiência comprovada na coordenação, estruturação ou distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários representativos de dívida em operações estruturadas lastreadas em recebíveis/direitos creditórios;

- II. 1 (um) profissional responsável pela estruturação econômico-financeira/modelagem da operação, com experiência compatível com operações de dívida ou securitização; e
- III. 1 (um) profissional com experiência em execução operacional de ofertas públicas e interface com agentes de mercado; e
- IV. 1 (um) profissional com experiência em rotinas de acompanhamento pós-fechamento de emissões ou operações estruturadas de dívida, para suporte à fase inicial de manutenção da operação.

9.3.10. A exigência de indicação de equipe técnica mínima justifica-se pela natureza multidisciplinar, especializada e integrada do objeto, que envolve a estruturação de operação de securitização, a emissão e distribuição pública de debêntures, a interação com investidores profissionais, a observância da regulamentação da CVM, a articulação com infraestrutura de mercado, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, agência de classificação de risco e demais prestadores essenciais, bem como o suporte inicial à implantação operacional da operação. A complexidade técnica, jurídica, financeira, regulatória e operacional da contratação demanda que a licitante demonstre dispor de profissionais com experiência compatível com as principais frentes de execução do objeto, de modo a assegurar capacidade efetiva de coordenação, estruturação, distribuição, fechamento e transição para a fase inicial de manutenção da operação.

9.3.11. A indicação de responsável técnico com experiência na coordenação, estruturação ou distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários representativos de dívida em operações estruturadas lastreadas em recebíveis ou direitos creditórios justifica-se pela necessidade de condução integrada da modelagem financeira, regulatória e comercial da emissão, bem como de compatibilização entre o lastro, a estrutura de subordinação, os mecanismos de proteção, a estratégia de distribuição e as condições finais da oferta.

9.3.12. A indicação de profissional com experiência em execução operacional de ofertas públicas e interface com agentes de mercado justifica-se pela necessidade de articulação com investidores, infraestrutura de mercado, escriturador, banco liquidante, agente fiduciário, agência de classificação de risco e demais participantes da oferta, garantindo adequada organização documental, cumprimento de prazos, consistência de informações, coordenação de subscrição, integralização, liquidação financeira e fechamento da operação.

9.3.13. A indicação de profissional com experiência em rotinas de acompanhamento pós-fechamento de emissões ou operações estruturadas de dívida justifica-se pela existência, no escopo contratado, de suporte técnico à fase preliminar de implantação operacional pós-liquidação, etapa que exige apoio à transição entre o fechamento da oferta e o início da administração regular da operação, sem transferência das responsabilidades legais, regulatórias ou fiduciárias próprias da SALSEC, do agente fiduciário ou dos demais prestadores essenciais.

9.3.14. A exigência de equipe mínima foi dimensionada de forma proporcional ao objeto e não impõe estrutura excessiva ou incompatível com a competitividade do certame, pois se limita à indicação de profissionais vinculados às frentes essenciais da contratação - estruturação, distribuição e suporte inicial pós-fechamento - admitindo-se a comprovação da experiência por currículos, documentos idôneos e declaração de disponibilidade, sem exigência de dedicação exclusiva, salvo previsão específica no Edital ou no Contrato.

9.3.15. A comprovação da qualificação da equipe técnica dar-se-á mediante apresentação de currículos profissionais, documentos que demonstrem a experiência indicada e declaração de disponibilidade para atuação na execução contratual, admitindo-se, para fins de comprovação e validação das informações apresentadas, outros meios idôneos, sem prejuízo da realização de diligências pela SALSEC, na forma do Edital.

9.3.15.1 A comprovação do vínculo ou da disponibilidade dos profissionais indicados poderá ser realizada, conforme o caso, por meio de:

- I. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro documento equivalente que comprove vínculo empregatício;
- II. contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, instrumento de consultoria, parceria profissional ou outro ajuste jurídico válido que demonstre a disponibilidade do profissional para atuação na execução contratual;
- III. contrato social, estatuto social, ata de eleição, termo de posse ou documento societário equivalente, quando o profissional integrar o quadro societário, diretivo ou de administração da licitante;
- IV. declaração de compromisso de contratação futura ou de alocação do profissional, firmada pela licitante, acompanhada de declaração de anuência expressa do profissional indicado;
- V. declaração de disponibilidade do profissional para atuação na execução contratual, com indicação da função a ser desempenhada, sem prejuízo de comprovação complementar a ser exigida pela SALSEC em diligência; e

VI. outros documentos idôneos aptos a demonstrar a efetiva disponibilidade do profissional para a execução dos serviços, vedada a exigência exclusiva de vínculo empregatício como condição de habilitação.

9.3.15.2. A comprovação do vínculo profissional ou da disponibilidade da equipe técnica não exigirá, necessariamente, vínculo empregatício prévio com a licitante, sendo suficiente a demonstração de que os profissionais indicados estarão disponíveis para atuar na execução do objeto, caso a licitante venha a ser contratada, observada a possibilidade de diligência pela CONTRATANTE.

9.3.15.3. A substituição de profissional indicado somente será admitida mediante justificativa formal e aprovação da CONTRATANTE, desde que o substituto possua qualificação e experiência equivalentes ou superiores às do profissional originalmente indicado.

9.3.16. Os atestados deverão ser apresentados em documento que permita a identificação inequívoca da pessoa jurídica emitente e de seu signatário, admitindo-se emissão física ou eletrônica, inclusive com assinatura digital ou outro meio idôneo de validação.

9.3.17. Não serão considerados para fins de qualificação técnica atestados relativos a serviços prestados a controladora, controlada, coligada ou empresa sob controle comum da própria licitante.

9.3.18. Na participação sob a forma de consórcio, o requisito do subitem 9.3 poderá ser atendido por qualquer dos consorciados, desde que o integrante detentor da experiência assuma, no instrumento de constituição do consórcio, a responsabilidade técnica pelos serviços de estruturação e distribuição.

9.4. É de responsabilidade exclusiva da licitante a apresentação completa e adequada das declarações, informações e documentos exigidos para fins de habilitação, respondendo pela veracidade e suficiência formal da documentação apresentada.

9.5. A CONTRATANTE poderá solicitar documentos complementares necessários ao esclarecimento ou à confirmação da experiência comprovada pela licitante, da equipe técnica indicada e das informações constantes dos atestados e demais documentos apresentados, observadas as regras deste TR, do Edital e da legislação aplicável.

9.6. Critério de Julgamento das Propostas

9.6.1. O julgamento das propostas adotará o critério de menor preço, considerando-se, para fins de classificação, a menor Taxa Percentual Global – TPG ofertada, apurada na forma do Edital, expressa com duas casas decimais e limitada ao teto máximo de 5% (cinco por cento), desde que observados os requisitos de aceitabilidade da proposta, exequibilidade e compatibilidade com o objeto licitado, sem prejuízo do exame da habilitação da licitante, na forma do Edital.

9.6.2. A CONTRATANTE poderá realizar exame de exequibilidade e compatibilidade da taxa ofertada com o escopo e as obrigações regulatórias e operacionais do objeto, na forma prevista no Edital.

9.6.3. Para fins de julgamento, classificação das propostas, formulação de lances, negociação, aceitabilidade e eventual aferição de exequibilidade, será adotada a Taxa Percentual Global – TPG, correspondente ao índice percentual global ofertado pela licitante para a execução do objeto, apurado na forma do Edital.

9.6.4. A TPG terá função exclusivamente comparativa, classificatória e de controle econômico da proposta, não constituindo, por si só, remuneração autônoma, crédito líquido da CONTRATADA, antecipação de pagamento ou obrigação financeira desvinculada dos eventos de execução, aceite, distribuição, subscrição, integralização e liquidação previstos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.6.5. A proposta econômica será composta por dois componentes percentuais:

- I. **Comissão de Estruturação – CE**, correspondente ao percentual ofertado para remunerar as atividades técnicas, analíticas, documentais, regulatórias e de coordenação preparatória da operação; e
- II. **Comissão de Distribuição – CD**, correspondente ao percentual ofertado para remunerar as atividades de coordenação da oferta, distribuição, colocação, garantia firme, liquidação financeira e suporte inicial à implantação operacional pós-liquidação.

9.6.6. A **Taxa Percentual Global – TPG** será apurada pela soma algébrica dos componentes percentuais ofertados, segundo a fórmula:

$$\text{TPG} = \text{CE} + \text{CD}$$

9.6.7. Será considerada mais vantajosa, para fins de julgamento econômico, a proposta que apresentar a menor TPG, observados os requisitos de habilitação, aceitabilidade, exequibilidade e compatibilidade da proposta com o escopo, os riscos, as obrigações regulatórias e o regime de colocação previstos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.6.7.1. A Taxa Percentual Global – TPG ofertada pela licitante não poderá exceder o limite máximo de 5% (cinco por cento), observado como teto remuneratório global da contratação para fins de aceitabilidade da proposta econômica, julgamento, negociação e contratação.

9.6.7.2. Serão desclassificadas as propostas cuja TPG seja superior ao limite máximo previsto no item anterior, sem prejuízo da análise de exequibilidade das propostas com TPG igual ou inferior ao referido teto, na forma prevista neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.6.8. A adoção da TPG justifica-se pela necessidade de assegurar comparação objetiva, isonômica e auditável entre propostas econômicas que poderiam, de outro modo, alocar a remuneração em rubricas distintas, tais como estruturação, distribuição, prêmio de garantia firme, custos de coordenação, despesas de colocação, suporte pós-fechamento ou encargos próprios da instituição financeira, dificultando a aferição do custo econômico global da contratação.

9.6.8.1. A adoção do teto de 5% busca preservar a viabilidade econômica de contratação complexa, integrada e especializada, sem comprometer a competitividade do certame, considerando que a disputa será orientada pela menor TPG e que a remuneração principal somente será devida na hipótese de êxito da operação, com efetiva distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira dos valores mobiliários.

9.6.8.2. A eventual aferição de exequibilidade da proposta econômica apresentada pela licitante poderá considerar a composição da Comissão de Estruturação – CE e da Comissão de Distribuição – CD, de modo a verificar a compatibilidade dos percentuais ofertados com o escopo, a complexidade, os riscos, os custos regulatórios e as obrigações assumidas, servindo tais componentes também como elementos de transparência, rastreabilidade e auditabilidade da metodologia de julgamento.

9.6.9. A fórmula da TPG não cria rubrica remuneratória adicional, não altera o regime de pagamento e não se confunde com a remuneração dos investidores, com o custo financeiro das debêntures, com taxa de desconto do lastro ou com qualquer obrigação financeira autônoma da SALSEC, servindo exclusivamente como métrica de comparação, transparência, controle e exequibilidade da proposta.

9.6.10. A SALSEC poderá realizar exame de exequibilidade da proposta sempre que a TPG, a CE, a CD ou a composição econômica apresentada indiquem possível incompatibilidade com o escopo, a complexidade, os riscos, a garantia firme, os custos regulatórios, a estrutura operacional, a equipe mobilizada, os deveres de coordenação, as restrições de ressarcimento e as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.7. Forma de Apresentação das Propostas

9.7.1. A proposta econômica deverá ser apresentada na forma do Edital, observando o modelo remuneratório aplicável à contratação e a metodologia de cálculo prevista para apuração da taxa de julgamento.

9.7.2. A taxa ofertada deverá contemplar todos os custos, despesas, tributos, encargos, subcontratações, honorários e demais componentes necessários à integral execução do objeto contratado, incluindo os serviços de estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta, bem como, quando cabível, o suporte operacional inicial à fase de manutenção, nos termos deste TR e do contrato.

9.7.3. A taxa utilizada para fins de julgamento e comparação das propostas servirá exclusivamente como parâmetro de classificação no certame, não se confundindo, necessariamente, com a forma de remuneração efetiva da CONTRATADA, que observará o Edital, o anexo aplicável e o CONTRATO.

9.7.4. A licitante deverá apresentar, em sua proposta econômica, os percentuais correspondentes à Comissão de Estruturação – CE e à Comissão de Distribuição – CD, ambos expressos em percentual, com duas casas decimais, cabendo ao sistema ou à metodologia prevista no Edital apurar a Taxa Percentual Global – TPG mediante a fórmula $TPG = CE + CD$.

9.7.5. A Comissão de Estruturação – CE abrangerá, para fins de composição da proposta, as atividades relacionadas à fase preliminar à estruturação e à fase de estruturação, incluindo avaliação do lastro, análise de informações, modelagem econômico-financeira, suporte à obtenção de *rating* preliminar, definição de parâmetros da emissão, estruturação documental, enquadramento regulatório e demais atividades preparatórias previstas neste Termo de Referência.

9.7.6. A Comissão de Distribuição – CD abrangerá, para fins de composição da proposta, as atividades relacionadas à fase de distribuição e à fase preliminar de implantação operacional pós-liquidação, incluindo prospecção de investidores, formação de demanda, *bookbuilding*, colocação dos valores mobiliários, garantia firme, melhores esforços, fechamento, liquidação financeira e suporte inicial à estabilização operacional da emissão, vedada a cobrança de prêmio de garantia firme autônomo ou apartado.

9.7.7. A separação entre CE e CD tem finalidade de transparência, controle e aferição da composição econômica da proposta, sem prejuízo da utilização da TPG como critério sintético e exclusivo de julgamento econômico do certame.

9.8. *Classificação das Propostas*

9.8.1. A classificação das propostas será apurada no pregão eletrônico, conforme a metodologia, as fórmulas, as variáveis e os critérios de aceitabilidade definidos no Edital, observados as exigências mínimas de qualidade previstas neste TR, no Edital e na legislação aplicável.

9.9. Será considerada vencedora a proposta que, atendidos os requisitos do Edital e deste TR, apresentar a menor taxa apurada nos termos da metodologia de cálculo aplicável.

9.10. O modo de disputa, a forma de apresentação dos lances, os critérios de desempate e demais procedimentos operacionais do pregão eletrônico constarão do Edital.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto da contratação em conformidade com este Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com o CONTRATO, observando os prazos, condições, especificações técnicas e padrões de qualidade aplicáveis.

10.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as melhores práticas profissionais e de mercado aplicáveis à sua área de atuação, empregando diligência, zelo, boa-fé objetiva, eficiência e qualidade técnica, bem como prestar à CONTRATANTE os esclarecimentos e informações que forem razoavelmente solicitados no curso da execução contratual.

10.3. A CONTRATADA obriga-se a corrigir, revisar, complementar ou refazer, às suas despesas e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quaisquer estudos, documentos, relatórios, análises, informações ou demais produtos entregues que apresentem erro, omissão, inconsistência, inadequação técnica ou desconformidade imputável à CONTRATADA.

10.4. Durante a execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá manter-se em situação regular e compatível com as obrigações assumidas, inclusive quanto aos requisitos legais, regulatórios, fiscais, trabalhistas e operacionais aplicáveis ao exercício de sua atividade e à execução do objeto contratado.

10.5. Todos os tributos, contribuições, encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e demais ônus decorrentes da execução dos serviços pela CONTRATADA serão de sua exclusiva responsabilidade, sem prejuízo das retenções legalmente exigíveis pela CONTRATANTE.

10.6. A CONTRATADA deverá resguardar o sigilo, a confidencialidade e a segurança das informações, documentos e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo divulgá-los ou fornecê-los a terceiros sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses em que o compartilhamento seja necessário à estruturação, ao protocolo, ao registro, à distribuição da oferta ou ao suporte operacional inicial à fase de manutenção, desde que:

- I. haja pertinência com o objeto contratado e o compartilhamento se restrinja ao estritamente necessário;
- II. o compartilhamento ocorra com investidores, potenciais investidores, prestadores essenciais da operação, assessores, entidades de mercado, órgãos reguladores ou demais terceiros envolvidos na operação, preferencialmente em ambiente controlado, com rastreabilidade de acessos, quando aplicável; e
- III. sejam observadas a regulamentação aplicável, as orientações da CONTRATANTE, o sigilo fiscal, a proteção de dados pessoais e os deveres de confidencialidade.

10.7. A obrigação de confidencialidade prevista neste item permanecerá vigente durante a execução contratual e após seu encerramento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior, se assim exigido pela legislação aplicável, pela natureza da informação ou pelos documentos da operação.

10.8. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá prestar, sem custo adicional, esclarecimentos técnicos pontuais sobre os produtos e documentos por ela elaborados, incluindo respostas a questionamentos formulados por terceiros, pelo prazo de até 02 (dois) anos contados do encerramento do CONTRATO, desde que tais esclarecimentos:

- I. estejam diretamente relacionados aos serviços executados; e
- II. não configurem nova demanda, ampliação de escopo ou consultoria continuada;
- III. quando direcionados por terceiros, sejam prestados com ciência e orientação prévia da CONTRATANTE, ressalvadas exigências regulatórias ou legais.

10.9. A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis à operação, especialmente as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, da B3, da ANBIMA e demais entidades competentes, quando cabível, comunicando previamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer exigências, riscos, fatos supervenientes ou alterações normativas que possam impactar o cronograma, a regularidade da oferta, a execução dos serviços ou o suporte operacional inicial à fase de manutenção.

10.10. Sem prejuízo do disposto no item 10.9, a CONTRATADA compromete-se a executar os serviços sob sua responsabilidade observando a legislação e regulamentação aplicáveis, especialmente as emanadas da CVM e demais autoridades competentes, quando cabível, bem como as regras e padrões de mercado adotados na operação, devendo identificar e informar previamente à SALSEC, por escrito, exigências normativas, operacionais ou documentais que possam impactar o cronograma, a viabilidade da emissão ou a fase inicial de manutenção da operação, atuando em articulação com a assessoria jurídica responsável sempre que a matéria exigir avaliação jurídica específica.

10.11. A CONTRATADA deverá atuar em articulação com a assessoria jurídica da operação, com os prestadores essenciais e com os demais agentes envolvidos, de modo a assegurar a adequada compatibilização dos documentos, fluxos, informações e procedimentos operacionais afetos ao seu escopo, sem prejuízo da segregação de responsabilidades próprias de cada prestador.

10.12. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos atos, documentos, produtos, prazos e qualidade técnica dos serviços executados diretamente ou por terceiros subcontratados, respondendo pela adequada coordenação e integração dos entregáveis afetos ao seu escopo.

10.13. Quando previsto neste TR e no contrato, a CONTRATADA deverá prestar suporte técnico, operacional e de coordenação, em caráter consultivo e de apoio, no início da fase de manutenção da operação, nos limites temporais e materiais definidos no instrumento contratual, sem assumir atribuições exclusivas da SALSEC, do agente fiduciário ou dos demais prestadores essenciais da operação.

10.14. A CONTRATADA deverá apoiar tecnicamente a preparação, consolidação e organização de informações, relatórios, minutas e documentos relacionados ao acompanhamento inicial da operação, quando solicitado pela CONTRATANTE e desde que tais atividades estejam compreendidas no escopo contratado, permanecendo com a SALSEC a responsabilidade institucional, decisória e formal pelos atos, comunicações e encaminhamentos que lhe competirem.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a fornecer à CONTRATADA, de forma tempestiva, as informações, documentos, dados e elementos necessários à adequada execução dos serviços, na medida de sua disponibilidade e de sua competência, observadas as restrições legais aplicáveis, inclusive quanto ao sigilo fiscal, à proteção de dados e à confidencialidade.

11.2. Para fins de execução do objeto, a CONTRATANTE deverá colaborar com a CONTRATADA, assegurando, sempre que cabível, acesso tempestivo às informações fiscais, financeiras, contábeis, operacionais e jurídicas relacionadas aos direitos creditórios, à estrutura da operação e à legislação municipal pertinente.

11.3. A CONTRATANTE deverá envidar esforços razoáveis para que as informações e documentos por ela formalmente fornecidos à CONTRATADA sejam corretos, consistentes, atualizados e suficientes para os fins da execução contratual, devendo comunicar, com a maior brevidade possível, a superveniência de fatos ou alterações que possam impactar a execução dos serviços.

11.4. A CONTRATANTE será responsável pela prestação das informações, documentos, manifestações, aprovações e decisões institucionais que estiverem sob sua competência, cabendo-lhe adotar, em tempo razoável, as providências necessárias à continuidade da execução contratual, sempre que dependentes de sua atuação.

11.5. A divulgação, pela CONTRATADA ou por consorciados/subcontratados, de sua participação na operação, inclusive em anúncios, apresentações, materiais institucionais ou outros meios de comunicação, dependerá de prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sem prejuízo das divulgações exigidas pela regulamentação aplicável, pelos documentos da oferta ou por autoridades competentes.

11.6. Os relatórios, estudos, documentos, análises e demais produtos elaborados no âmbito da execução contratual poderão ser utilizados pela CONTRATANTE para os fins previstos neste Termo de Referência, no Edital, no CONTRATO e na operação de securitização, observadas as limitações legais e regulatórias aplicáveis.

11.6.1. A utilização desses produtos pela CONTRATADA para finalidade diversa da execução contratual dependerá de autorização prévia da CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses de comprovação técnica, cumprimento de obrigação regulatória ou exigência legal, sempre com preservação da confidencialidade e da autoria técnica, quando cabível.

11.7. A CONTRATANTE deverá prestar o apoio institucional necessário à prática dos atos, à emissão de manifestações, à disponibilização de documentos e à adoção das providências sob sua alçada que se mostrarem necessárias ao protocolo, ao registro, à estruturação, à distribuição da oferta e, quando cabível, ao suporte operacional inicial da operação, inclusive perante órgãos reguladores, entidades de mercado e demais instâncias competentes.

11.8. A CONTRATANTE deverá designar representante(s) ou interlocutor(es) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual, apto(s) a interagir com a CONTRATADA, analisar os produtos apresentados, formular solicitações, consolidar demandas e encaminhar deliberações institucionais pertinentes.

11.9. A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, nos prazos e nas condições estabelecidos no Edital e no CONTRATO, desde que cumpridos os requisitos de medição, aceite e demais condições aplicáveis.

12. CONSÓRCIO

12.1. Será admitida a participação de licitantes em consórcio, desde que tal arranjo se mostre compatível com a natureza do objeto e com as condições estabelecidas no Edital, observadas as regras de governança e responsabilidade previstas neste Termo de Referência, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e na legislação aplicável.

12.2. O Edital poderá limitar o número máximo de integrantes por consórcio, desde que tal limitação esteja tecnicamente justificada e observe a proporcionalidade e a competitividade do certame.

12.3. O consórcio deverá ser apresentado, na fase de habilitação, por meio de compromisso público ou particular de sua constituição, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a CONTRATANTE no curso da licitação e da execução contratual, na forma do Edital.

12.4. É vedada a participação, na mesma licitação, de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou de forma isolada, sem prejuízo das demais restrições estabelecidas no Edital para preservação da competitividade e da hígidez do certame.

12.5. Os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados na licitação e pela execução do contrato.

12.6. As regras de habilitação aplicáveis aos consórcios, inclusive quanto à apresentação de documentos por seus integrantes, ao aproveitamento da qualificação técnica e ao tratamento da qualificação econômico-financeira, serão definidas no Edital, observadas a proporcionalidade, a legislação aplicável e as disposições deste TR.

12.7. O consórcio vencedor deverá promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato, no prazo e nas condições definidos no Edital e na convocação para assinatura contratual.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. A remuneração principal da CONTRATADA terá natureza de preço contratual contingente, global, all-in e por resultado, correspondente à Taxa Percentual Global – TPG vencedora do certame, incidente exclusivamente sobre o montante das debêntures sêniores e, quando houver, das debêntures mezanino efetivamente distribuídas, validamente subscritas, regularmente integralizadas e financeiramente liquidadas no âmbito da operação aprovada pela SALSEC, não incidindo, em qualquer hipótese, sobre debêntures subordinadas, na forma deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

13.1.1. A Taxa Percentual Global – TPG corresponderá ao índice percentual utilizado para fins de julgamento, classificação, negociação, aceitabilidade, comparação objetiva das propostas e eventual aferição de exequibilidade, sendo apurada pela soma da Comissão de Estruturação – CE e da Comissão de Distribuição – CD, na forma prevista no Edital.

13.1.2. A proposta econômica da licitante será composta pelos percentuais ofertados a título de Comissão de Estruturação – CE e Comissão de Distribuição – CD, ambos expressos em percentual com duas casas decimais, sendo a TPG apurada pela soma algébrica desses componentes, segundo a fórmula **TPG = CE + CD**.

13.1.2.1. Para fins de composição da proposta econômica e apuração da TPG, a Comissão de Estruturação – CE compreenderá as atividades vinculadas à fase preliminar à estruturação e à fase de estruturação da operação, incluindo, entre outras, avaliação do lastro, análise de informações, modelagem econômico-financeira, definição de parâmetros da emissão, apoio à obtenção de rating preliminar, enquadramento regulatório, estruturação documental, coordenação de prestadores técnicos, consolidação de premissas e elaboração dos produtos necessários à deliberação da SALSEC quanto à viabilidade e ao prosseguimento da operação.

13.1.2.2. Para fins de composição da proposta econômica e apuração da TPG, a Comissão de Distribuição – CD compreenderá as atividades vinculadas à fase de distribuição e à fase preliminar de implantação operacional pós-liquidação, incluindo, entre outras, estratégia de distribuição, prospecção e interação com investidores, preparação e consolidação dos materiais de oferta, condução de bookbuilding, coordenação da colocação, execução dos regimes de garantia firme e melhores esforços, incluídos os custos, riscos e encargos econômicos associados à garantia firme, coordenação documental do fechamento, subscrição, integralização, liquidação financeira e suporte inicial à estabilização operacional da emissão.

13.1.3. A TPG não constitui remuneração autônoma, não gera direito a pagamento antecipado e não se confunde com a remuneração efetivamente devida à CONTRATADA, a qual observará os eventos, condições, marcos de execução, aceite e êxito previstos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

13.1.4. A Comissão de Estruturação – CE e a Comissão de Distribuição – CD servem como componentes da proposta econômica e como elementos de transparência, controle e aferição da exequibilidade da TPG, não autorizando pagamento autônomo, paralelo ou independente da lógica remuneratória prevista neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

13.1.5. A remuneração principal da CONTRATADA, apurada com base na TPG vencedora do certame, ficará limitada ao teto máximo de 5% (cinco por cento) sobre o montante das debêntures sêniores e, quando houver, das debêntures mezanino, efetivamente distribuídas, validamente subscritas, regularmente integralizadas e financeiramente liquidadas no âmbito da operação aprovada pela SALSEC, inclusive, quando cabível, sobre o montante subscrito em cumprimento da garantia firme de colocação.

13.1.6. O teto previsto no item anterior constitui limite máximo de remuneração principal e não afasta a aplicação da TPG efetivamente vencedora do certame, caso inferior, nem autoriza pagamento autônomo, antecipado ou desvinculado dos eventos de exigibilidade previstos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

13.1.7. A remuneração principal somente será devida na hipótese de êxito da operação, caracterizado pela efetiva distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira das debêntures sêniores e, quando houver, das debêntures mezanino, observados os limites, bases de incidência e condições de exigibilidade previstos neste Termo de Referência, no Edital, na proposta vencedora e no Contrato.

13.2. Na hipótese de a operação não prosseguir por decisão motivada da SALSEC e/ou do Município, ou por inviabilidade superveniente não imputável à CONTRATADA, e desde que não haja distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira das debêntures, não será devida a remuneração principal da CONTRATADA, admitindo-se exclusivamente o eventual ressarcimento excepcional de despesas de terceiros previamente autorizadas pela SALSEC, efetivamente incorridas, documentalmente comprovadas, diretamente vinculadas ao objeto e observado o teto nominal obrigatório de R\$ 1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais), na forma do Edital e do Contrato.

13.2.1. O ressarcimento excepcional previsto no item anterior não abrangerá custos próprios da CONTRATADA, equipe interna, mobilização, prospecção, roadshow, bookbuilding, estrutura comercial, custo de oportunidade, margem, lucro cessante, remuneração implícita, despesas não autorizadas previamente, despesas sem comprovação idônea, despesas incompatíveis com preços de mercado ou decorrentes de erro, atraso, falha técnica, seleção inadequada de terceiro ou inadimplemento imputável à CONTRATADA.

13.3. É vedado o pagamento à CONTRATADA, direta ou indiretamente, de qualquer parcela econômica diversa da remuneração prevista neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, inclusive remuneração de êxito autônoma ou paralela, prêmio de performance comercial não previsto, remuneração adicional por spread, melhora de precificação, lote adicional, reabertura, retap, alocação interna entre séries, benefício econômico superveniente ou qualquer outra vantagem econômica não contemplada na proposta vencedora.

13.4. A remuneração interna entre instituições participantes de eventual consórcio, sindicato de distribuição, pool ou arranjo equivalente correrá por conta e risco da CONTRATADA e das demais instituições envolvidas, sem gerar obrigação direta de pagamento pela SALSEC nem alterar a TPG, a proposta vencedora ou a remuneração total contratada.

13.5. O pagamento da remuneração principal, quando devido, ficará condicionado à verificação dos eventos de exigibilidade previstos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, bem como à comprovação da efetiva distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira das debêntures que compuserem a base de cálculo da remuneração.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão contratual será exercida pela Diretoria de Operações e Relações com Investidores da SALSEC, ou por outra unidade que venha a sucedê-la em suas atribuições, competindo-lhe o acompanhamento administrativo e gerencial da execução contratual, a interlocução institucional com a CONTRATADA, a consolidação das demandas internas e o monitoramento do cumprimento dos marcos, prazos e entregáveis previstos neste Termo de Referência e no CONTRATO.

14.1.1. A atuação da Diretoria de Operações e Relações com Investidores na gestão contratual possui natureza administrativa, operacional, gerencial e coordenadora, voltada ao acompanhamento da execução do contrato, à interlocução com a CONTRATADA, à consolidação de demandas internas e ao monitoramento de prazos, marcos e entregáveis. Tal atuação não se confunde com validação definitiva da carteira elegível, da modelagem econômico-financeira, do volume final da emissão, da garantia firme, do rating, da taxa final, dos índices de cobertura, do tratamento contábil, dos documentos finais da oferta, da suficiência econômica do lastro ou das condições efetivas de mercado, os quais deverão ser submetidos às validações técnicas, jurídicas, contábeis, regulatórias, societárias e institucionais cabíveis.

14.1.2. Os aspectos contábeis, patrimoniais, fiscais, orçamentários e de evidenciação relacionados à operação, à cessão e ao patrimônio separado deverão ser analisados e validados pelas áreas contábil-financeiras competentes da SALSEC, com apoio da Diretoria Financeira, da contabilidade responsável pelo patrimônio separado, de auditor independente registrado na CVM e dos demais prestadores especializados aplicáveis, não competindo à Diretoria de Operações e Relações com Investidores emitir validação técnico-contábil definitiva sobre tais matérias.

14.2. Sem prejuízo da indicação da unidade responsável no item anterior, a SALSEC designará formalmente, por ato próprio da autoridade competente, o gestor do contrato, o fiscal ou a equipe de fiscalização, previamente ao início da execução contratual, observadas a complexidade do objeto, a compatibilidade das atribuições, a segregação de funções, a capacidade técnica dos agentes designados e as normas internas aplicáveis.

14.2.1. O ato de designação deverá identificar, quando cabível, as atribuições específicas do gestor, do fiscal ou da equipe de fiscalização, os respectivos substitutos e a ciência formal dos agentes designados.

14.3. A fiscalização da execução contratual será exercida pela SALSEC, por meio de fiscal ou equipe de fiscalização formalmente designada, podendo abranger, conforme a complexidade da contratação, atribuições de natureza técnica, administrativa e setorial.

14.4. A fiscalização abrangerá, entre outros aspectos, a verificação do cumprimento dos prazos, da aderência ao escopo contratado, da conformidade técnica dos documentos e produtos apresentados, do atendimento aos marcos da operação e, quando cabível, da adequada execução do suporte operacional inicial à fase de manutenção.

14.5. A CONTRATADA deverá indicar, no início da execução contratual, um representante responsável pela interlocução com a SALSEC, sem prejuízo da manutenção da equipe técnica necessária à execução do objeto, devendo comunicar previamente à CONTRATANTE qualquer alteração relevante em sua equipe ou na representação designada.

14.6. A atuação da gestão contratual e da fiscalização da SALSEC não afasta nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução dos serviços, pela qualidade técnica dos produtos entregues e pelo cumprimento das obrigações assumidas, a qual permanecerá exclusiva e intransferível.

14.7. Verificada desconformidade na execução dos serviços, a SALSEC poderá determinar a correção das falhas identificadas, a suspensão de atividades específicas ou, quando necessário e justificadamente, a paralisação parcial da execução contratual, sem prejuízo da aplicação das medidas e sanções cabíveis previstas no Edital e no CONTRATO.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 O contrato terá vigência de 27 (vinte e sete) meses, abrangidos os 24 (vinte e quatro) meses estimados de execução. O CONTRATO decorrente desta contratação terá natureza de contrato por escopo, iniciando-se na data de sua assinatura e permanecendo vigente até a conclusão das obrigações nele previstas, observados os marcos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual.

15.2 A execução contratual compreenderá as atividades relacionadas à estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta pública objeto deste Termo de Referência, estendendo-se até a conclusão dos atos necessários à liquidação financeira da emissão, sem prejuízo das demais obrigações acessórias previstas no CONTRATO.

15.3 Quando expressamente previsto neste Termo de Referência e no CONTRATO, a execução poderá abranger, por prazo determinado, suporte técnico, operacional e de coordenação no início da fase de manutenção da operação, restrito ao período de implantação, transição e estabilização inicial dos fluxos operacionais da emissão, nos limites materiais e temporais definidos no instrumento contratual.

15.4 O suporte previsto no item anterior não se confunde com a manutenção integral da operação, nem importa na assunção, pela CONTRATADA, de obrigações de acompanhamento contínuo durante toda a vigência das debêntures, salvo se houver previsão contratual expressa e específica em sentido diverso.

15.5 Os prazos parciais de execução, os marcos de entrega, os eventos de medição e os demais cronogramas aplicáveis constarão do plano de trabalho, do cronograma executivo e dos documentos contratuais pertinentes, podendo ser ajustados pela CONTRATANTE, mediante justificativa, desde que preservado o equilíbrio das obrigações assumidas.

15.6 Eventual prorrogação de prazo somente será admitida nas hipóteses justificadas e formalmente aprovadas pela CONTRATANTE, observada a natureza do contrato por escopo, a legislação aplicável, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e as disposições do CONTRATO.

16. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Os serviços objeto da contratação serão executados de forma predominantemente remota, sem prejuízo da realização de reuniões, apresentações, diligências, oficinas de trabalho e demais atividades presenciais que se mostrem necessárias ao adequado cumprimento do objeto.

16.2 As atividades presenciais, quando exigidas, serão realizadas na sede da SALSEC, em outro local por ela indicado, ou perante órgãos reguladores, entidades de mercado, prestadores essenciais da operação e demais instituições envolvidas na execução contratual, conforme a natureza da atividade, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento.

16.3 A CONTRATADA deverá assegurar disponibilidade para participação em reuniões e atos presenciais ou virtuais convocados pela CONTRATANTE, em prazo compatível com a necessidade da operação e com os marcos contratuais aplicáveis.

16.4 O Edital e o CONTRATO poderão detalhar as rotinas de comunicação, os meios de interação, os locais de reunião e as condições de eventual deslocamento necessários à execução dos serviços.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 A estimativa do valor da contratação foi calculada com base em pesquisa de mercado e encontra-se devidamente justificada no processo administrativo, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e com o RILC da SALSEC.